



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E**  
**CONTABILIDADE**  
**DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA**

**RAISSA ALMEIDA SOUSA**

**COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E OBJETIVOS DE**  
**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E**  
**RELAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM OS OBJETIVOS DE**  
**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU**

**FORTALEZA**

**2023**

RAISSA ALMEIDA SOUSA

COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E RELAÇÃO  
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA ONU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de graduada em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S698c Sousa, Raissa Almeida.  
Cooperativismo, Economia Solidária e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável : breve análise histórica e relação da economia solidária com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável / Raissa Almeida Sousa. – 2023.  
49 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira.

1. Economia Solidária. 2. Cooperativismo. 3. Autogestão. 4. ODS. I. Título.

CDD 330

---

RAISSA ALMEIDA SOUSA

COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E RELAÇÃO  
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DA ONU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Ciências Econômicas da Universidade  
Federal do Ceará, como requisito parcial à  
obtenção do título de graduada em Ciências  
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos  
Ferreira

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Sylvio Antonio Kappes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Ma. Thaís Gabriela Veras Gama  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha família e aos meus gatos.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Marta, que tem um coração tão bondoso e honesto e sempre me ensinou a importância de não desistir das coisas importantes. O processo acadêmico foi um pouco mais leve devido aos seus cuidados e amor. Às minhas irmãs, Rebeca e Hanna, por toda a ajuda e compreensão nessa caminhada de alegrias e tristezas. Por todos os conselhos, conversas e colaborações em minha vida acadêmica e pessoal. Ao longo deste período, tive inúmeras alegrias, conheci algumas pessoas maravilhosas.

Aos meus avós, que não se encontram mais conosco neste plano, cujo amor, apoio e sabedoria foram fundamentais na minha caminhada como pessoa e como estudante. Suas histórias e ensinamentos sempre estarão presentes em minha vida pessoal e profissional. Seus exemplos me inspiraram e me motivaram a buscar excelência em minha formação acadêmica.

Aos meus tios e primos, gostaria de expressar toda minha gratidão, por todo o amor, incentivo e apoio que me deram durante minha trajetória acadêmica. Sem a ajuda deles, eu não teria chegado tão longe. Sempre estiveram presentes para oferecer palavras de encorajamento.

Ao meu orientador, André Vasconcelos, seu conhecimento especializado e visão crítica foram fundamentais para proporcionar clareza nas ideias e direcionar meus esforços no caminho certo. Por fim, gostaria de expressar minha gratidão pela orientação que me ofereceu.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo apresentar as origens do cooperativismo, a partir das cooperativas de consumo e produção surgidas no século XIX, na Inglaterra, até a expansão no Brasil, nos dias atuais, e mostrar sua relação com a Economia Solidária e os ODS da ONU. O cooperativismo tem sua base em valores como igualdade, solidariedade, democracia, cooperação, livre iniciativa e é uma forma de organização econômica cujos interesses coletivos são colocados em primeiro lugar. Em seguida, foi feita uma análise da economia solidária, um movimento recente, surgido a partir da crítica ao modelo econômico dominante e da busca por alternativas mais justas, sustentáveis e democráticas. A economia solidária tem como princípios a cooperação, a autogestão e a solidariedade. Ademais, o trabalho aborda a relação entre a economia solidária e os ODS e se esse movimento tem potencial para contribuir para a implementação dos ODS, de forma direta ou de forma indireta.

**Palavras-chave:** economia solidária; cooperativismo; autogestão; ods.

## ABSTRACT

This work aims to present the origins of cooperativism, from the consumer and production cooperatives that emerged in the 19th century in England to the expansion in Brazil today, and to show its relationship with the Solidarity Economy and the UN SDGs. Cooperativism is based on values such as equality, solidarity, democracy, cooperation, free enterprise and is a form of economic organization whose collective interests are put first. Next, an analysis was made of the solidarity economy, a recent movement, which emerged from the criticism of the dominant economic model and the search for fairer, more sustainable and democratic alternatives. The solidarity economy has as its principles cooperation, self-management and solidarity. In addition, the paper addresses the relationship between the solidarity economy and the SDGs and whether this movement has the potential to contribute to the implementation of the SDGs, either directly or indirectly.

**Keywords:** solidarity economy; cooperativism; self-management; sdg.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução do número de cooperativas no Brasil (2000 - 2021)
Gráfico 2	Evolução do número de associados em Cooperativas no Brasil (2000 - 2021)

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
DEMAS	Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde
ES	Economia Solidária
FAO	Food and Agriculture Organization
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEICOOOP	Feira Internacional de Cooperativismo e Economia Solidária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PESD	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema de Informação de Economia Solidária
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1	Exposição do Tema.....	11
1.1.1	Objetivo Geral .....	12
1.1.2	Objetivos Específicos .....	12
1.2	Justificativa.....	13
1.3	Procedimentos Metodológicos .....	13
1.3.1	Coleta de Dados .....	14
<b>2</b>	<b>HISTÓRICO</b> .....	15
2.1	Cooperativismo no século XIX.....	15
2.1.1	Ideias de Robert Owen .....	17
2.1.2	Os Pioneiros de Rochdale .....	19
2.2	Cooperativismo no Brasil .....	21
<b>3</b>	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)</b> .....	25
3.1	Aspectos e Contexto da Economia Solidária no Brasil.....	25
3.1.1	Princípios da Economia Solidária.....	29
3.2	Aspectos e Criação dos ODS .....	31
3.3	Relação da Economia Solidária com os ODS .....	35
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	42

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Exposição do Tema

O cooperativismo tem origem no século XIX, quando as condições de trabalho nas fábricas eram extremamente precárias (QUINTANEIRO, BARBOSA E OLIVEIRA, 2002), degradantes, desemprego em massa, miséria coletiva e desajustes sociais (GOMES, 2005) e os trabalhadores se uniram para criar cooperativas de produção e consumo. A primeira cooperativa moderna tem sua origem em Rochdale, na Inglaterra, em 1844, por um grupo de tecelões que procuravam comprar alimentos a preços mais baixos. Esse modelo de organização se tornou um exemplo a ser seguido para outras cooperativas em todo o mundo e é considerado o início importante do movimento cooperativista. A partir daí, o cooperativismo tem se expandido para áreas como o financeiro, o turismo, a educação e a saúde. Portanto, as cooperativas são organizações que possuem autonomia e são administradas pelos próprios trabalhadores, que juntos, buscam atender às suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns e que adotam princípios importantes, a partir de numerosas experiências cooperativas independentes (SINGER, 2018).

No que diz respeito à economia solidária, por sua vez, é um movimento mais recente, que surgiu no século XX como uma forma de organização econômica e social diferente da lógica capitalista predominante. Esse movimento se baseia em princípios muito difundidos como a autogestão, a cooperação, a democracia, a solidariedade, o comércio justo e o desenvolvimento local, além de reforçar os conceitos de valorização do trabalho, valorização da mulher no mercado de trabalho, valorização do ser humano, responsabilidade social e respeito às diferenças. A economia solidária, por ser um modo de produção divergente do capitalismo, tem como princípios a propriedade coletiva e o direito à liberdade individual, e que o resultado é a solidariedade e a igualdade (SINGER, 2018). E para Locatelli e Lima (2018), os princípios da Economia Solidária representam um fenômeno econômico de significativa amplitude. Contudo, suas bases vêm do século XIX, a partir dos princípios cooperativistas, idealizados por socialistas utópicos.

Ambos os movimentos, cooperativismo e economia solidária, têm em comum a busca por formas mais igualitárias, sustentáveis e democráticas de organização econômica, baseadas na cooperação e na solidariedade.

Utting (2018 *apud* ASSIS, 2022) cita que os ODS estão em vigência e apontam os esforços a serem executados pelos países que se comprometeram com a Agenda 2030 da

ONU. Além disso, são divididos 17 objetivos para tentar mitigar os prejuízos gerados pelas crises econômicas e financeiras. Por exemplo, segundo Pitacas (2019), os ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), na economia solidária, têm papel fundamental na redução da pobreza e da exclusão social. Nos últimos 20 anos, o Brasil presenciou o crescimento da agricultura familiar, um sistema de produção simples, em que o sustento e a sobrevivência familiar dependem do manejo da terra (ARAÚJO *et al*, 2021).

Por fim, avaliar se a economia solidária tem potencial para contribuir para a implementação dos ODS, de forma direta ou de forma indireta. Além disso, é fundamental que sejam criadas políticas públicas e iniciativas privadas que incentivem e apoiem esses movimentos, para que possam contribuir para a construção de um mundo mais sustentável, justo e democrático. Cinco pilares da Agenda 2030 são importantes para potencializar as mudanças, que são: Pessoas (ODS 1 A 5 - Pobreza, Fome, Saúde, Educação e Gênero); Prosperidade (ODS 7 a 11 - Acesso à energia, Trabalho e Crescimento, Infraestruturas, Desigualdades e Cidades); Planeta (ODS 6 e 12 a 15 - Acesso a água e saneamento, Modos de consumo e de produção, Mudanças climáticas, Oceanos e Ecossistemas terrestres); Paz (ODS 16 - Paz e justiça); e Parceria (ODS 17 - Parcerias).

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Mostrar uma breve análise histórica do cooperativismo e da economia solidária no Brasil e no mundo. Além disso, trazer uma conexão entre as práticas e princípios da economia solidária com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Considerando as contribuições e desafios desses movimentos para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Agenda 2030 da ONU.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- Fazer uma breve análise histórica do cooperativismo a fim de compreender como surgiu esse movimento no mundo e no Brasil;
- Analisar como o cooperativismo funciona na prática;
- Compreender a evolução do cooperativismo e a economia solidária no Brasil;
- Apresentar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU;
- Associar as práticas da Economia Solidária com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## 1.2 Justificativa

O cooperativismo surgiu como reação às desigualdades sociais e econômicas decorrentes da revolução industrial no século XIX. A partir disso, é possível analisar como o cooperativismo evoluiu ao longo do tempo no mundo, com uma abordagem direcionada à democracia, solidariedade e cooperação entre seus membros. Entretanto, alguns autores discutem sobre a lógica do capital que tem conduzido os aspectos organizacionais de muitas cooperativas e que apresenta incoerências em relação às suas funções e aos seus princípios.

Por outro lado, a economia solidária é uma abordagem que surge como uma alternativa à economia de mercado com proposta de uma construção de relações socioeconômicas de forma solidária, baseada na autogestão, no trabalho associado e na cooperação entre seus membros. Trazer a discussão se esse movimento poderia desacelerar no futuro, por ser apenas uma resposta às contradições do capitalismo ou seria mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo de inserir todos os membros da sociedade (SINGER, 2018) Com base nas dinâmicas dos últimos anos, vale ressaltar que a realidade da economia solidária enfrenta desafios para sobreviver, principalmente em relação a mudança da estrutura institucional e crise na política, além disso, o próprio movimento tem enfrentado contradições, uma vez que os empreendimentos estão inseridos no sistema capitalista.

Ao estabelecer uma relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é possível discutir se essas formas de organização econômica e social são viáveis e podem contribuir para o alcance de metas como a promoção da igualdade de gênero, a redução das desigualdades econômicas e sociais, a promoção do trabalho decente e o crescimento econômico sustentável, além de outras metas essenciais para o desenvolvimento sustentável. Portanto, a análise da relação entre o cooperativismo e a economia solidária com os ODS é importante para a compreensão de como essas formas alternativas de organização econômica e social podem impulsionar a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, promovendo as capacidades e criando oportunidades para as pessoas obterem renda por meio do trabalho cooperativo.

## 1.3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa foi elaborada por meio de revisão de literatura, que se deu por meio de pesquisa bibliográfica com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho. A abordagem adotada é a de caráter exploratório, que consiste em investigar, selecionar, reunir e

discutir as informações publicadas e fazer uma abordagem analítica, por meio de levantamento de conteúdo proveniente de livros, periódicos e demais trabalhos publicados acerca do tema. Os critérios para inclusão do estudo ou busca na literatura levaram em consideração as publicações que incluíam a temática “economia solidária”, “cooperativismo” e “objetivos de desenvolvimento sustentável” publicados. Esse estudo foi realizado tomando como referência o que dizem autores de destaque no tema como Singer (2018), Gaiger (2013), Lechat (2002), França Filho e Laville (2004) e Monje-Reyes (2011). A escolha do tema para o estudo decorre da sua importância e expressividade nos respectivos momentos históricos e de suas especificidades.

### **1.3.1 Coleta de Dados**

A coleta de dados deu-se em três momentos, a saber:

- 1) Leitura Exploratória: análise preliminar dos materiais bibliográficos localizados sobre o tema, a fim de analisar quais obras consultadas são relevantes para o trabalho;
- 2) Leitura Seletiva: leitura aprofundada das partes consideradas de maior relevância;
- 3) Registro das fontes extraídas.

## 2 HISTÓRICO

### 2.1 Cooperativismo no século XIX

As primeiras evidências do pensamento econômico cooperativista estão associadas a Peter Cornelius Plockboy, um holandês que morou na Inglaterra e, em 1659, publicou “Ensaio sobre um método para tornar felizes os pobres desta nação e os dos outros povos”. Ele idealizava uma associação semelhante às cooperativas integrais que preconizavam a união de famílias ou pequenos grupos econômicos, constituídos por agricultores, artesãos, marinheiros e professores, e cada membro contribui com o que possuísse: mão-de-obra, recursos em dinheiro, terra, transporte, tudo para o bem coletivo (REIS E AGUIAR, 2002; SANTANA, 2016; BARBOSA, 2022). O socialista inglês John Bellers (1654 - 1725) publicou a obra “Proposições para a Criação de uma Associação de Trabalho de Todas as Indústrias Úteis e da Agricultura”, também foi um grande nome para o pensamento econômico cooperativista e sua obra defendia a formação de colônias cooperativas de trabalho (REIS E AGUIAR, 2002).

De acordo com Scandelai (2010), a improdutividade das terras, o surgimento de pestes, a pressão sobre os servos e o surgimento de um sistema de comercialização, inicialmente desorganizado, foram aspectos que contribuíram para a fragmentação do feudalismo, fazendo com que a estrutura dos burgos tivesse uma mudança. A partir da queda do feudalismo, a divisão social que se deu entre os senhores feudais – que detinham o poder político, econômico e social – e os servos foi modificada. Houve uma expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, transformando-os no proletariado moderno (SINGER, 2018, p. 24). Marx (2000 *apud* SCANDELA, 2010) preconiza que as relações feudais de produção e troca deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Sendo assim, a difusão das máquinas e a organização das fábricas favoreceram o empobrecimento dos artesãos (SINGER, 2018, p. 24).

A passagem da sociedade rural para a sociedade industrial se deu no fim do século XVIII e início do século XIX, período conhecido na história como Revolução Industrial. Sales (2010) afirma que, a partir da segunda metade do século XVIII, a mecanização industrial na Inglaterra, impulsiona o desvio da acumulação de capitais da atividade comercial para o setor da produção, trazendo grandes mudanças tanto de ordem econômica quanto social, proporcionando o desaparecimento das práticas feudais ainda existentes e permitindo a implantação do modo de produção capitalista. Isso culmina para que, no século XIX, a

burguesia se torne, portanto, a precursora na implantação do sistema capitalista.

Teixeira e De Souza (1985) aponta que na manufatura já se verificava a separação entre o produtor e os seus meios de produção e que a habilidade manual do trabalhador ainda era o fator básico do processo de produção. Em relação à execução do trabalho, ele produz usando os meios de produção e o empregador não tem como impor-lhe um ritmo ou determinar como as tarefas deviam ser feitas. Ainda ocorre um aumento limitado da produtividade do trabalho, um aumento do trabalho excedente e as ferramentas continuam sob o manejo e o controle do produtor direto. Ou seja, a manufatura ainda estabelece limites para a expansão do capital (TEIXEIRA E DE SOUZA, 1985).

A Revolução Industrial foi um dos marcos na história moderna ocidental e importante para o desenvolvimento do capitalismo industrial, em que teve início o processo de formação da classe operária e, portanto, do processo de auto-organização de trabalhadores (SILVA E DAL RI, 2019). Houve um intenso êxodo das famílias do campo devido a modernização da agricultura, ensejando em uma intensificação da urbanização. O cenário urbano começou a mudar com o fluxo contínuo das famílias que começaram a vagar em busca de trabalho. De acordo com Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002, p.12),

Os céus dos grandes centros industriais começaram a cobrir-se da fumaça despejada pelas chaminés de fábricas que se multiplicavam em ritmo acelerado, aproveitando a considerável oferta de braços proporcionada pela gradual deterioração da propriedade comunal.

A Revolução Industrial produziu novas regras de trabalho e convívio social, de maneira que emerge a representação da escala hierárquica na divisão social do trabalho (SCANDELAI, 2010). Além disso, as condições de trabalho eram precárias e responsáveis pela baixa expectativa de vida dos operários que trabalhavam em turnos de 12 a 16 horas por dia, estendidos para até 18 horas quando a iluminação a gás surgiu (QUINTANEIRO, BARBOSA E OLIVEIRA, 2002). As consequências do processo de instabilidade da relação capital x trabalho, logo surgiram, pois havia trabalho de 12 horas para crianças a partir dos nove anos de idade, ausência de previdência ou segurança no trabalho, surgimento da classe assalariada, desemprego em massa, miséria coletiva e desajustes sociais (GOMES, 2005). As jornadas de trabalho eram longas e proporcionaram o enfraquecimento dos trabalhadores, elevando a morbidade e mortalidade (SINGER, 2018, p.24).

Por volta de 1830, começou a ser discutida na Europa a questão social, a partir da mobilização dos trabalhadores e a organização da classe operária na busca pela garantia de direitos e pelo suprimento das necessidades sociais (SCANDELAI, 2010).

Ao contrário do artesão da Antiguidade ou da Idade Média, o operário moderno perdeu o controle do conjunto da produção. Passou a ser responsável por apenas uma parte do ciclo produtivo de uma mercadoria, ignorando os procedimentos técnicos envolvidos. Além disso, recebendo “salário” em troca da atividade mecânica realizada, o operário alienava o fruto de seu trabalho ao capitalista, transformando-o em mercadoria sujeita ao mercado (VICENTINO, 2001).

O cooperativismo organizado surgiu a partir da expressão de um movimento operário europeu que reagiu às condições de exploração à qual os trabalhadores estavam submetidos como consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial (GOMES, 2005). Segundo Sales (2010), foi em um ambiente de dificuldade que as ideias cooperativistas ganharam força e, portanto, o cooperativismo surgiu como uma forma de mitigar os traumas econômicos e sociais que as transformações da época submeteram os operários.

Por outro lado, Frantz (2014) aponta que o cooperativismo moderno não nasceu a partir das consequências sociais negativas da Revolução Industrial, mas foi resultado da cultura da época e se estabeleceu também no campo político. Afirma ainda que o movimento nasceu no campo da economia, com ideais de liberdade e igualdade social, além disso é um processo a instrumentalizar as promessas da modernidade para a defesa e valorização do trabalho humano.

Frantz (2014) ainda discute se ainda que o movimento cooperativo moderno possa ser caracterizado como reação de grupos sociais mais vulneráveis, as práticas cooperativas são sempre mais instrumentais, frente as forças do mercado capitalista. Além disso, em uma economia de consumo, as estruturas operacionais de cooperação são inseridas no sistema de poder dominante, com algumas vantagens, em função das limitações dos associados, suas necessidades, seus interesses e aspirações. Ou seja, o cooperativismo “corre o risco de ser reduzido a instrumento do capital e não do trabalho, perdendo sua essência de luta política” (FRANTZ, 2014).

### **2.1.1 Ideias de Robert Owen**

O cooperativismo foi idealizado por vários precursores, dentre eles, Robert Owen, e surgiu em 1844, em pleno regime de economia liberal, com a fundação da cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, na Inglaterra (SALES, 2010). Owen nasceu em Newtown, País de Gales, em 1771 e, por volta de 1790, constituiu sociedade em um negócio ligado ao fabrico de máquinas para a indústria têxtil, começando o seu percurso como empresário

(ALMEIDA, 2010).

Considerado o pai do cooperativismo moderno, Robert Owen era proprietário de uma grande indústria têxtil em New Lanark<sup>1</sup>, na Escócia, e defendia ideias de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. De acordo Singer (2018, p. 25), Owen decidiu limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças. Sales (2010) argumenta que o pensamento de Owen era de que o homem é resultado de seu meio social e, portanto, seria necessário modificar o meio social para modificar o homem. Mas a mudança se daria de forma pacífica, gradual e moderada, para que a sociedade não sofresse com a transição. Além disso, Owen contribuiu para a organização de sindicatos e cooperativas, além de exercer forte influência sobre os trabalhadores, em especial nas lideranças (SILVA E DAL RI, 2019).

A economia da Grã-Bretanha caiu em depressão após o longo ciclo de guerras provocado pela Revolução Francesa e, com isso, muitos trabalhadores empregados na indústria bélica e civil ficaram desempregados visto que a demanda por navios, armamentos e produtos no cenário de guerra diminuiu exponencialmente. Em 1817, Owen apresentou uma proposta ao governo britânico para auxiliar as vítimas do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica (SINGER, 2018, p. 25). O plano consistia em inverter os fundos de sustento dos pobres, na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em que as pessoas trabalhariam na terra e em indústrias, produzindo a própria subsistência. Ademais, os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com isso, Owen destacava que haveria imensa economia de recursos e a desnecessidade de continuar subsidiando os desempregados permitiria devolver aos cofres públicos os fundos despendidos (SINGER, 2018, p. 26).

Contudo, o governo britânico não acatou o plano de Owen por receio de uma mudança na estrutura social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista, portanto o britânico passou a perder seus admiradores da classe alta e partiu para os Estados Unidos (SINGER, 2018, p. 26). A comunidade de New Harmony (EUA), fundada em 1825, foi criada por Owen como um modelo igualitário de organização social e econômica. Embora tenha começado bem, as discordâncias logo começaram a minar o projeto, que cedeu em 1827 (MONJE-REYES, 2011).

Enquanto permanecia nos Estados Unidos, seus discípulos começaram a praticar as ideias dele, criando sociedades cooperativas em vários lugares. Assim, a primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, em que reuniu um grupo de jornalistas em

---

<sup>1</sup> Em 1820, New Lanark era o maior centro de produção de algodão da Escócia e contava com aproximadamente 2500 habitantes. Além disso, New Lanark foi a mais importante e conhecida experiência Owenista e, comportava habitações e escola para crianças e trabalhadores (SILVA e DAL RI, 2019).

Londres e sugeriu que desenvolvessem uma comunidade para viverem dos ganhos de suas atividades. Portanto, em 1821 e 1822, Mudie e seus companheiros publicaram “The Economist”, o primeiro jornal cooperativo (SINGER, 2018, p. 27).

As ideias de Owen foram popularizadas no jornal "The Economist" (1821), onde usou pela primeira vez o termo "cooperativa". Com base nestas ideias, os trabalhadores tentaram, como solução para problemas sociais, implementar os postulados de Owen. Foram organizadas cooperativas de vários tipos, assim como congressos e reuniões para promover estas organizações em nível nacional e em nível internacional (MONJE-REYES, 2011).

Contudo, Barbosa (2022) afirma que Robert Owen negligenciou questões básicas para uma sociedade cooperativa, ele não havia absolvido o sentido da democracia e esqueceu o princípio da autoajuda, assim ele esperava que as condições viriam com o apoio financeiro do governo e dos capitalistas.

### 2.1.2 Os pioneiros de Rochdale

Em 1844, surgiu no norte da Inglaterra a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (Rochdale Equitable Pioneers' Society), considerada a mais famosa e a mãe de todas as cooperativas. Foi fundada por 28 trabalhadores<sup>2</sup> industriais de diversos ofícios (SINGER, 2018, p. 39), que possuíam ideias Owenistas e Cartistas<sup>3</sup>, com objetivos de criação de um ambiente sustentável em um cenário de exploração e escassez. Para melhorar as condições de alimentação dos seus trabalhadores, criaram o Armazém Cooperativo de Rochdale para atividades de compra e venda da cooperativa (GOMES, 2005).

Nami (2004 *apud* DE OLIVEIRA E DE LISBOA SANTOS, 2012) aponta que a cooperativa de Rochdale foi a principal referência do cooperativismo moderno, iniciando as atividades de maneira modesta e com poucos recursos e, além disso, souberam constituir um programa completo relacionando os princípios teóricos com as regras práticas de organização e funcionamento.

Mauad (2001 *apud* LEOPOLDINO, 2020) afirma que a cooperativa tinha a finalidade de fornecer aos integrantes as necessidades básicas a preços não onerados, ou seja,

---

<sup>2</sup> Há divergência de gênero no que diz respeito à composição dos membros da cooperativa, pois existem publicações que fazem referência a 27 tecelões e uma tecelã.

<sup>3</sup> O Movimento Cartista atuou no âmbito da Grã-Bretanha, principalmente na Inglaterra, e foi organizado como forma de resistência às péssimas condições de vida e trabalho e de luta pela participação política da classe trabalhadora nos assuntos do Estado. O cartismo teve grande expressividade nas décadas de 1830 e 1840 (SILVA E DAL RI, 2019).

melhorar a situação econômica dos membros, a partir de uma contribuição financeira mensal de todos. Portanto, tinha uma característica de solidariedade e não de assistencialismo.

Segundo Singer (2018, p. 39), os integrantes adotaram uma série de princípios importantes, a partir de numerosas experiências cooperativas independentes, que foram imortalizados como os princípios universais do cooperativismo. O primeiro princípio preconizava a democracia e a primazia do trabalho sobre o capital. Nas decisões, cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto investiu. No princípio da “porta aberta”, o número de membros da cooperativa era aberto, sendo aceito quem desejasse entrar. Isso permitiu às cooperativas de consumo expandir o número de sócios, abrir filiais e obter ganhos de escala.

O princípio dos juros determinados vinha de Robert Owen, e consistia em pagamento de taxa de juros fixa sobre o capital emprestado e isso permitiria investir as sobras excedentes aos juros em favor dos trabalhadores. O princípio da divisão das sobras permitia vender um pouco mais caro que a concorrência, sem perder a clientela. As sobras seriam, portanto, divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa. O princípio de que as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista. A venda só à vista protegia a cooperativa da inadimplência dos sócios (SINGER, 2018, p. 41).

Outro princípio importante era de que os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (ou seja, não adulterados), seus sócios podiam confiar nos produtos comprados nela (SINGER, 2018, p. 41). Outra herança de Owen é o princípio do empenho na educação cooperativa, cuja ideia seria de que os homens são o que a educação (ou a falta) faz deles. Segundo Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada e era necessário que não só os cooperadores, mas o público em geral fosse educado em seus princípios. O princípio de que a cooperativa se manteria sempre neutra em questões políticas e religiosas era um complemento do princípio da “porta aberta”. Este princípio pretendia impedir que cooperativas fossem exclusivas de partidos ou seitas (SINGER, 2018, p. 42).

Esses princípios buscavam trazer alinhamentos morais à prática do livre mercado e, nesse sentido, o cooperativismo é visto como uma forma alternativa de pensar o trabalho e o desenvolvimento social (SILVA, 2013). Segundo De Oliveira e De Lisboa Santos (2012)

As propostas de Rochdale que nortearam uma relação de cumplicidade e solidariedade humana entre os associados foram se firmando a partir da livre adesão, da democracia, da neutralidade política, religiosa, ou seja, do respeito aos princípios do movimento.

De acordo com Gomes (2005), a partir de 1860, muitas cooperativas de consumo

foram constituídas no território inglês. Na segunda metade do século XIX, o cooperativismo de consumo se expandiu velozmente na Grã-Bretanha e o total de membros atingiu aproximadamente 547 mil em 1881 e 1 milhão e 707 mil em 1900 (SINGER, 2018, p. 50). Birchall (1997 *apud* SINGER, 2018, p. 52) mostra cooperativas de consumo similares aos Pioneiros de Rochdale criadas entre 1845 e 1850 em países como Estados Unidos, Suíça, França e Itália. Na França, em 1907, havia 2.166 cooperativas com mais de 600 mil membros, na Bélgica em 1905 havia 168 cooperativas com uma federação nacional, na Itália em 1904 havia 1.448 cooperativas registradas e mais um terço dessa quantidade, sem registro. Culti (2000 *apud* MORAIS *et al*, 2011 ) enfatiza que a Itália experimentou essa forma de organização chegando a possuir 2.351 cooperativas em 1919, com maioria no ramo da construção, contando com pedreiros, britadores e carregadores que trabalhavam autonomamente.

De acordo com Pinho (1982, p.65 *apud* DE SOUZA COSTA, 2007), o movimento cooperativista tendeu ao desvirtuamento devido aos problemas resultantes da própria evolução da cooperativa, que deixou de ser uma associação mutualista para se transformar em uma complexa organização social. Ou seja, a cooperativa incorporou todos os problemas da empresa capitalista moderna e, do ponto de vista socioeconômico, a cooperativa “se modernizou desvirtuando-se dos seus princípios básicos”. De Souza Costa (2007) ainda ressalta que, atualmente, o espírito cooperativista está cada vez mais longe de suas raízes, dando margem para que existam inúmeras confusões, pois algumas cooperativas estão se comportando como empresas privadas.

Vedana *et al* (2022) discute a lógica do capital que tem orientado os aspectos organizacionais de muitas cooperativas agropecuárias e que suscita incoerências em relação às suas funções e aos seus princípios norteadores. De acordo com Kautsky (1980 *apud* VEDANA *et al*, 2022), o cooperativismo de produção agrícola, a partir de determinado estágio de desenvolvimento, passa a agir como uma organização capitalista no lugar de se contrapor a esse modelo.

## **2.2 Cooperativismo no Brasil**

Há referências de que no século XVII, nas primeiras reduções jesuíticas, na região compreendida pela bacia dos Rios Paraguai, Paraná e Uruguai; áreas de Guaíra, no Paraná; das Missões, no Rio Grande do Sul e terras do Oeste de Santa Catarina, desenvolveram-se os primeiros estados cooperativos integrais (FARIAS E GIL, 2013; SILVA, 2010). Além disso,

encontram-se relatos de que, entre os séculos XVII a XIX, foi praticado o cooperativismo nos Quilombos (SILVA, 2010).

Porém, os primeiros sinais do cooperativismo datam do ano de 1847, quando o médico Francês Jean Maurice Faivre junto com outros europeus, fundaram no estado do Paraná, a colônia Tereza Cristina, cuja proposta era baseada na doutrina de Charles Fourier<sup>4</sup>. Embora o empreendimento não tenha prosperado, a colônia contribuiu para a formação da doutrina cooperativista no Brasil (ABRANTES, 2004; VEIGA E FONSECA, 2001; SINGER, 2018; SILVA, 2010; SANTANA, 2016). Gaiger (2013a, p.215) ainda enfatiza que

O cooperativismo foi originalmente introduzido no Brasil por imigrantes europeus, no final do século XIX, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como estratégia para superar as situações de flagrante desamparo em que viviam.

Nas décadas seguintes, constituíram-se outras ações no mesmo sentido. Por exemplo, no Paraná, o agrônomo Giovanni Rossi instituiu a colônia de base cooperativa e doutrina socialista em 1889. Ainda no mesmo ano foi criada em Ouro Preto (MG) a primeira cooperativa de funcionários públicos do país, também sendo a primeira cooperativa de consumo do país. Em 1902, os colonos da região de Nova Petrópolis, no RS, fundaram uma cooperativa no setor de crédito, conhecida como Caixa Rural, atual Sicredi. Esse modelo de organização econômica e social se difundiu rapidamente, principalmente nas zonas rurais, onde os agricultores se uniram para enfrentar os problemas de comercialização (FARIAS E GIL, 2013).

Em 1907, surgiram as primeiras cooperativas agropecuárias em Minas Gerais e empreendimentos semelhantes no RS e PR. Na década de 1930 aumentou a fundação de cooperativas de crédito que passaram a ter papel fundamental no empréstimo de pequenas quantias a pequenos empreendedores. Na década de 1960 começaram a ser criadas cooperativas de trabalho. As cooperativas de trabalho, no Brasil, passaram de 629 para 1.661 na década de 1990. O Brasil contava com 5.652 cooperativas e cinco milhões de associados e 167 mil empregados em 1999 (FARIAS E GIL, 2013).

A fim de buscar soluções para os problemas de inserção no mercado de trabalho, começaram a surgir cooperativas de profissionais qualificados, como dentistas, médicos e professores, em 1965 (CULTI, 2008 *apud* GAIGER, 2013a), e no fim de 1970, houve a criação de muitas cooperativas, fazendo com que o movimento cooperativista se generalize na

---

<sup>4</sup> Filósofo francês (1772-1837), crítico do capitalismo. Acreditava que o processo de exploração sofrido pelos trabalhadores poderia ser superado pela organização de comunidades autogestionadas, os falanstérios, e buscou incentivar a sua formação. Além disso, concorreu para a formulação dos ideais cooperativistas (FARIAS E GIL, 2013).

década de 1980 (LIMA, 2006 *apud* GAIGER, 2013a).

De acordo com Abrantes (2004 *apud* SILVA, 2010) a história do movimento cooperativista no Brasil passou por cinco fases. A primeira fase, chamada de introdutória, vai até 1907, em que surgiu a primeira lei sobre cooperativismo. A segunda fase se situa no período entre 1907 e 1926, quando surgem as primeiras portarias, decretos e leis voltadas para as cooperativas de crédito tipo Raiffeisen<sup>5</sup> e bancos populares tipo Luzzatti<sup>6</sup>. A terceira fase compreende o período entre 1926 e 1964, quando foram criadas as leis específicas sobre cooperativas, desassociando-as do sindicato. Entre 1964 e 1988, quarta fase, o cooperativismo foi controlado pelo governo e sofreu sérias restrições, além de privilegiar as grandes cooperativas agropecuárias e inibir as pequenas propriedades, base da agricultura familiar. A quinta, e última fase, foi a partir de 1988, com a nova Constituição Brasileira proporcionando maiores liberdades de associação entre as pessoas (SILVA, 2010).

De acordo com Félix (2022), em 2004, havia 7.136 cooperativas registradas, divididas em 13 ramos de atividades distintas, que somavam juntas 6.159.658 associados. Em 2008, tinha registrado 7.682 cooperativas filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), aumento de 7,65% em comparação a 2004, em relação ao número de associados, em 2008 estava registrado 7,89 milhões de associados, aumento de aproximadamente 28%. Em 2012 há estabilização do número de cooperativas registradas no Brasil, no número de 6.587, 10,7% abaixo do registrado em 2008. Em 2020, foram registrados 4.868 empreendimentos na OCB, uma queda de 36,63% em relação a 2008. O número de associados e empregados segue uma tendência de alta, são 17,12 milhões de associados, 122,7% a mais em relação a 2008 e 455.095 empregados, alta de 81,35%.

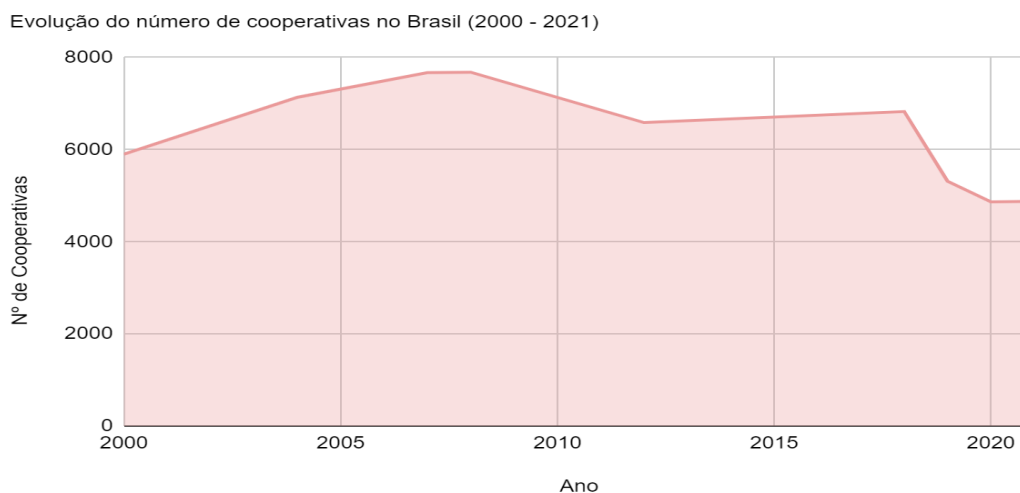
Ninaut e Matos (2008) consideram que, entre 2000 e 2007, o número total de cooperativas cresceu 29,97%, passando de 5.903 para 7.672 cooperativas. Ainda ressaltam que o número de associados teve um crescimento de 65,35%, passando de 4,65 milhões, em 2000, para 7,69 milhões, em 2007.

---

<sup>5</sup> A primeira cooperativa de crédito surgiu em 1847, quando Friedrich Wilhelm Raiffeisen da Renânia, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio voltada para população rural, que mesmo não sendo uma cooperativa, serviu de inspiração para a futura atividade cooperativista de Raiffeisen em 1864. As cooperativas criadas por Raiffeisen eram tipicamente rurais e tinham como características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independentemente do número de quotas-parte, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não-distribuição de sobras, excedentes ou dividendos (CHIARETTO *et al*, 2021).

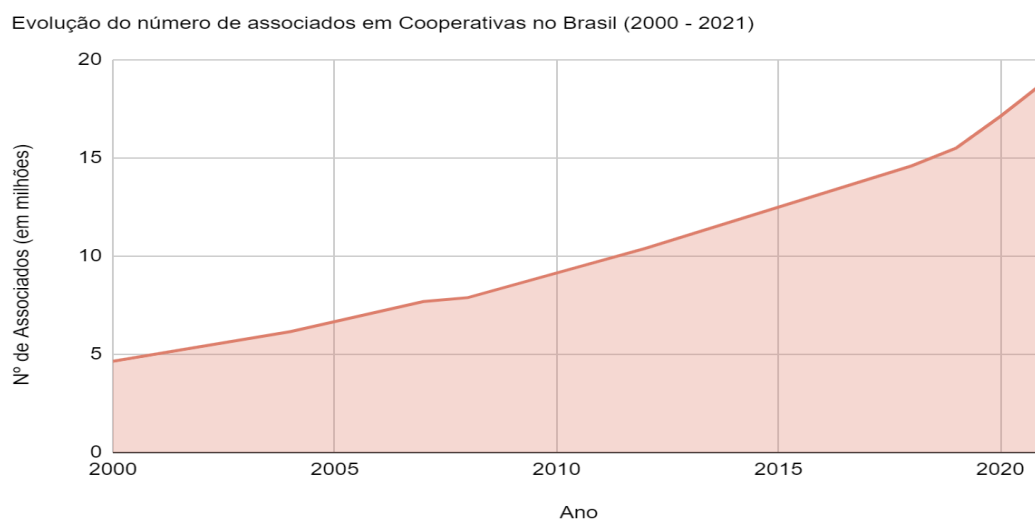
<sup>6</sup> Criado pelo italiano Luigi Luzzatti, tem início com a criação do primeiro banco cooperativo de Milão, baseado no modelo do alemão Schulze-Delitzsch. O trabalho de Luzzatti estimulou a criação de bancos populares (conhecidos como Bancos do Povo), que deveriam atender a qualquer necessidade de crédito por seus associados. As cooperativas deveriam ter uma provisão destinada a empréstimos que dependeria, primeiramente, da poupança formada por seus membros (CUNHA *et al*, 2015).

Gráfico 1: Evolução do número de cooperativas no Brasil (2000 - 2021)



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Gráfico 2: Evolução do número de associados em Cooperativas no Brasil (2000 - 2021)



Fonte: Elaboração própria a partir de relatórios da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Vieira, Dos Santos e Pires (2022) ressaltam que em 2018 o cooperativismo foi representado por 6.828 cooperativas filiadas ao OCB, em que 81,78% pertencem a cinco ramos de atividade: agropecuário, transporte, trabalho, crédito e saúde. O sistema apresentou um crescimento de 176 cooperativas entre 2011 e 2019, acréscimo de 2,65%.

### 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

#### 3.1 Aspectos e Contexto da Economia Solidária no Brasil

De acordo com Lechat (2002), a economia solidária “organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade”. Singer (2002 *apud* MALASSISE E ALVES, 2011) aponta que existem diversos tipos de cooperativas e as de produção são consideradas como as unidades básicas da economia solidária. Além disso, nessas cooperativas não existe lucro, pois sua receita tem seu destino decidido pelos cooperados. Schiochet (2009) ainda enfatiza que

Economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. O professor Paul Singer costuma sublinhar as duas especificidades que, em sua visão, fundamentam as características das organizações econômicas solidárias: por um lado, o estímulo à solidariedade entre os membros, por meio da autogestão, e, por outro lado, a prática da solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase especial na ajuda aos menos favorecidos (Schiochet, 2009, p. 55).

Na história mundial, os países periféricos sempre tiveram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e respaldadas em laços de reciprocidade, em que sua produção material responde às necessidades coletivas e guarda um sentido social, diferente do centro hegemônico mundial (GAIGER, 2013a). Segundo Pinheiro (2010 *apud* RIBEIRO E DE MÜYLDER, 2014), as raízes históricas que estruturam a Economia Solidária são apontadas no cooperativismo do século XIX na Europa, que se baseava em um novo modo de vida e busca por modelos alternativos de produção e emancipação no cenário de crescimento fabril.

Singer (2018) discute se a economia solidária poderá desacelerar no futuro, em que não passará de uma forma complementar da economia capitalista por ser apenas uma resposta às contradições do capitalismo. E que, portanto, a economia solidária só teria perspectivas de desenvolvimento se a economia capitalista entrasse em uma depressão longa e profunda como na crise de 1929. Uma outra alternativa, segundo o próprio autor, seria de que a economia solidária seria ou poderia ser mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo de inserir em sua economia todos os membros da sociedade. Ela seria, assim, “uma alternativa superior ao capitalismo”. Superior no sentido de oferecer aos mercados

produtos ou serviços melhores no sentido de preço e qualidade, e que proporcionaria uma vida melhor aos membros da sociedade (SINGER, 2018).

As primeiras experiências de Economia Solidária no Brasil surgiram nos anos 1980, como reação ao desemprego em massa e nova estruturação da organização do trabalho, mas o termo só foi ressaltado a partir da década de 1990 (VARÊDA, 2019). A obra de Luis Razeto, introdutor do termo Economia Solidária na América Latina, só chega ao Brasil em 1993 (GAIGER, 2009; ROCHA *et al*, 2013) e, a partir daí, a literatura sobre o movimento cresce rapidamente mencionando o termo (ROCHA *et al*, 2013). Varêda (2019) ainda resalta que o termo Economia Solidária (ES) surgiu no Brasil em 1996, em um artigo de Paul Singer intitulado: “Economia solidária contra o desemprego”.

Lechat (2004 *apud* SILVA, 2018) destacou quatro eventos que contribuíram para que o conceito ganhasse profundidade teórica e acréscimo no debate social. A constituição de uma mesa redonda durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia<sup>7</sup>, em 1995, com o tema "Formas de Combate e de Resistência à Pobreza", foi o primeiro evento. O segundo evento foi o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), ocorrido em São Paulo, em 1996. O terceiro evento foi a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD/ONU), em dezembro de 1996. Além disso, as propostas e ideias produzidas por Luiz Inácio Gaiger, Paul Singer e Marcos Arruda foram debatidas em outro evento, o seminário Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia, realizado na Universidade Católica de Salvador, em 1999.

Tendo em vista essas questões, Singer (2002 *apud* ROCHA *et al*, 2013) enfatiza a ação da Cáritas<sup>8</sup>, entidade ligada à CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil), como uma das primeiras ações concretas que trabalharam o conceito de Economia Solidária no meio rural, financiando projetos para geração de trabalho e renda.

A Economia Solidária no Brasil foi se organizando por meio de várias frentes e estímulos, como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de Economia

---

<sup>7</sup> Nessa publicação apareceu pela primeira vez o termo “empreendimentos solidários”.

<sup>8</sup> A Cáritas Brasileira foi criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A princípio, foi responsável por todas as obras sociais católicas e assumir a distribuição do Programa de Alimentos para a Paz subsidiado pelo governo estadunidense como um dos eixos de uma ação chamada “Programa Aliança para o Progresso”, implementada após a Segunda Guerra Mundial. Integra uma ampla rede de entidades de apoio e fomento aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que promove um conjunto de iniciativas, com recursos públicos e privados, para ampliar a capacitação, a articulação e o empoderamento desses empreendimentos. Ver mais em: [diocesedeluz.org.br](http://diocesedeluz.org.br)

Solidária (FBES) que se organizam para garantir a articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos (MORAIS *et al*, 2011). Além disso, surge, em 1994, a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), a partir da iniciativa de um setor sindical, para apoiar experiências já existentes, principalmente em termos de assessoria técnica (LEITE, 2009).

Barros e Arrais (2021) pontuam que uma das formas de manifestação da economia solidária no Brasil são as Incubadoras de Economia Solidária que, no final dos anos 1990, eram denominadas de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. Embora a sigla fale incubação de “cooperativas populares”, fazem parte desse rol também as associações de produção e comercialização, os grupos informais, os bancos comunitários, entre outros. As ITCPs expandiram suas ações, na primeira década dos anos 2000, e tiveram como objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo popular e autogestão, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento da economia solidária (BARROS E ARRAIS, 2021).

No espaço das universidades brasileiras, as ITCPs buscam articular com grupos populares que se interessam e buscam a geração de trabalho e renda a partir de atividades e práticas em diferentes contextos. Nesse sentido, as ITCPs tanto colaboram com a formação dos estudantes (de graduação e pós-graduação), engajados em pesquisas e ações de ensino, extensão e cultura, bem como com a “comunidade externa”, por meio de estímulo à geração de trabalho e renda (BARROS E ARRAIS, 2021).

A incubação em economia solidária atua no assessoramento aos empreendimentos econômicos solidários com propósito de geração de renda a partir do trabalho autogestionário. Além disso, os processos de incubação são implementados por meio de ações dialógicas, em formato de círculos de cultura os integrantes participam de formações voltadas ao desenvolvimento de suas próprias capacidades, junto aos conhecimentos técnicos e acadêmicos (BARROS E ARRAIS, 2021).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) é criada em 2003 com objetivo de apoiar e fomentar iniciativas econômicas como: associações, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de coleta e reciclagem, redes de produção, cooperativas de crédito, entre outras. Além disso, “a construção da SENAES enquanto política pública vem de um amplo processo de mobilização nacional de diversos sujeitos, desde a atuação das igrejas, sindicatos,

universidades, organização de trabalhadores de fábricas em processo de falência, etc” (GAMA, 2018).

Souza e Júnior (2020) apontam que uma das atividades da SENAES foi apoiar a realização de feiras de economia solidária. Ainda ressaltam que uma das mais importantes é a Feicoop que tem abrangência internacional e vem ocorrendo anualmente desde 1993 no Rio Grande do Sul, organizada pela Cooesperança, cooperativa que abrange mais de duzentos grupos de produtores, em sua maioria rural.

De acordo com Silva e Carvalho Filho (2018), o movimento consegue inserir a economia solidária nas políticas públicas em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), e, entre 2004 e 2011, período governo Lula, a economia solidária passa a entrar no planejamento da agenda pública nacional, constando no Plano Plurianual (PPA) como Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Assim como afirma Castilho (2020)

A inserção da ES na agenda governamental da União surgiu como experiência inovadora em termos de práticas tradicionais de políticas de estímulo à geração de trabalho e renda. Os programas sempre estiveram associados às reivindicações de organizações sociais que defendiam o cooperativismo como princípio a ser incentivado via políticas públicas.

De acordo com Gaiger e Kuyven (2020), o Brasil dispõe de duas fontes de dados empíricos muito importantes representativos da economia solidária. Uma das fontes trata da caracterização demográfica, econômica, social e política de aproximadamente 35 mil empreendimentos solidários, a partir de dois mapeamentos nacionais que foram realizados entre 2005 e 2013. A outra fonte trata de informações de uma pesquisa amostral realizada em 2013, feita com um questionário aplicado a sócios e sócias de empreendimentos solidários registrados pelo segundo mapeamento. As bases de dados passaram por um processo de tratamento feito entre a Senaes, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), antes de virem a público no Sistema de Informações sobre a Economia Solidária (Sies). O primeiro mapeamento envolveu mais de 200 entidades e o segundo mapeamento adotou um sistema distribuindo o planejamento e a execução regionalmente. Em ambos, o propósito era fazer um levantamento amplo e representativo, aumentando a coleta de dados a partir de diversas listas prévias e por meio da identificação de novos empreendimentos econômicos solidários (GAIGER E KUYVEN, 2020).

O segundo mapeamento do Sies identificou 19.708 empreendimentos distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da Federação. Desse total, 60,2% são

novos e 39,8% são de EES revisitados. A proposta de visitar os empreendimentos registrados no mapeamento anterior foi uma inovação do segundo mapeamento (SILVA E CARNEIRO, 2016).

De acordo com Sousa *et al* (2022), a partir da trajetória orçamentária e execução orçamentária da Senaes, três momentos distintos da política pública de economia solidária são importantes: o primeiro é a inserção e consolidação por meio dos Planos Plurianuais (PPAs) 2004 – 2007 e 2008 – 2011; o segundo é a expansão contraditória por meio do PPA (2012 – 2015); e, o terceiro é a crise do paradigma do PPA (2016 – 2019). Em relação ao primeiro período, a inserção da temática no PPA (2003 – 2007) foi por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD) na Senaes. Neste período também teve a elaboração do Mapeamento Nacional de Economia Solidária, concluído em 2007, cujos resultados constituíram a base do Sistema de Informação de Economia Solidária (SIES). O segundo período, “expansão contraditória”, foi marcado pelos programas temáticos: Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e o Programa de Resíduos Sólidos. O terceiro momento da política nacional de economia solidária, “crise do paradigma”, é marcado pela diminuição da dotação orçamentária, rebaixamento dos valores efetivamente executados da Política Nacional de Economia Solidária no Brasil no PPA, pela mudança da estrutura institucional e pela crise operacional e posicional da própria política (SILVA, 2018 *apud* SOUSA *et al*, 2022)

Neves, Mezzacappa e Junior (2019) afirmam que “sob uma perspectiva teórico-conceitual, a Economia Solidária se apresenta como uma proposta importante rumo à construção de uma alternativa ao capitalismo”, mas a realidade empírica vem mostrando que os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) enfrenta dificuldades para sobreviver, e que, além disso, o próprio movimento tem enfrentado contradições, uma vez que os empreendimentos estão inseridos no sistema capitalista (NEVES, 2014 *apud* NEVES, MEZZACAPPA E JUNIOR, 2019).

### **3.1.1 Princípios da Economia Solidária**

Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017) apontam que os princípios presentes na economia solidária são evidenciados desde o capitalismo industrial, no século XIX. Considerando os elementos que compõem os empreendimentos solidários, o conjunto de valores que norteiam o modo de produção e funcionamento dessas organizações, há na literatura alguns pontos de convergência quanto aos princípios que são elencados. Leal e

Rodrigues (2018) citam a solidariedade, a autogestão, a cooperação e a democracia como pontos de convergência.

Singer (2018) afirma ainda que a economia solidária, por ser um modo de produção divergente do capitalismo, tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, e que o resultado natural é a solidariedade e a igualdade. Locatelli e Lima (2018) ressaltam ainda que os princípios da Economia Solidária representam um fenômeno econômico de significativa amplitude, dando seus primeiros passos políticos, sociais e econômicos para transformação social. Entretanto, suas bases vêm do século XIX, a partir dos princípios cooperativistas, que foram idealizados por socialistas utópicos.

Pode-se observar que a autonomia institucional, a democracia nos processos decisórios, a autogestão e a ocupação pelo empreendimento de um espaço plural nas esferas política, social, econômica e ambiental são princípios da Economia Solidária, baseados nas concepções defendidas pelo movimento cooperativista (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004; SINGER, 2018; RIBEIRO E DE MÜYLLER, 2014).

O princípio da solidariedade faz alusão a solidariedade democrática, que não se confunde com a filantrópica, esta remete às ações de cunho caridoso e aquela pauta-se pela igualdade, reciprocidade e necessidade de organização para produzir (LEAL E RODRIGUES, 2018). A solidariedade estimula sistemas amplos de reciprocidade, em que as vivências concretas de gestão conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público (GAIGER E LAVILLE, 2009 *apud* GAIGER, 2013a). De acordo com o documento Política Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE

O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável e com o desenvolvimento sustentável dos biomas; nas relações que se estabelecem com a comunidade local (BRASIL, 2013, p.7).

O princípio da autogestão é a administração da cooperativa pelos seus donos, ou seja, os cooperados. As decisões são tomadas por todos por meio de assembleias gerais, se a cooperativa possui poucos membros. Por outro lado, se a cooperativa possui muitos sócios, opta-se pela delegação de poder a cada setor, e estes decidem em conjunto o destino da cooperativa (MORAIS *et al*, 2011) e, além disso, o fluxo de informações é invertido, as ordens e instruções partem dos trabalhadores, que detém o controle da produção, portanto, as mudanças são provocadas de baixo para cima (LEAL E RODRIGUES, 2018).

A origem do conceito de autogestão vem da Alemanha do primeiro pós-guerra, quando havia debate sobre “socialização da economia” e o papel dos conselhos operários, que surgiram na Europa nesse período. Além disso, a autogestão surge como nova forma de gestão autônoma na sociedade, em que evoca um modo novo de organização na economia, educação e política global (SILVA, 2010).

O princípio da cooperação trata-se de um valor intrínseco nos empreendimentos solidários e, na economia solidária, se mostra no modo como as interações sociais se darão (LEAL E RODRIGUES, 2018). Leal e Rodrigues (2018) ainda abordam que as relações sociais serão observadas pela troca entre os indivíduos e não pela competitividade, uma vez que esta é baseada em interesses e objetivos individuais, enquanto naquela, os sujeitos atuam como um conjunto, sendo soma das contribuições individuais, de forma coordenada para um objetivo comum.

O princípio da democracia é um dos princípios que remetem ao cooperativismo do século XIX. Como afirma Gaiger (2013b), “os princípios atuais da Economia Solidária são conhecidos desde a instauração do capitalismo industrial, no séc. XIX, quando impulsionaram as vertentes associativas, mutualistas e cooperativas [...]”.

Singer (2018, p. 40) aponta que nas decisões cada membro teria direito a um voto, independente de quanto investiu na cooperativa, pois isso é essencial e garante a democracia e a primazia do trabalho. Leal e Rodrigues (2018) reforçam que “a consequência imediata da adoção da democracia na economia solidária, em consonância com a autogestão, diz respeito à participação dos sócios e seu poder na tomada de decisões”.

Oliveira (2011 *apud* VIDAL *et al*, 2018) afirma que a ES concebe uma globalização humanizadora, socialmente justa e de desenvolvimento sustentável e que os princípios que corroboram os conceitos são a valorização do trabalho, a valorização da mulher no mercado de trabalho, a solidariedade, a cooperação, a valorização do ser humano, a responsabilidade social e o respeito às diferenças.

### **3.2 Aspectos e Criação dos ODS**

De acordo com Sachs *et al* (2016), os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável adotados por países membros das Nações Unidas em 2015 definem objetivos em três dimensões de desenvolvimento sustentável que são: desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Ao mobilizar governos, academia, sociedade civil e empresas, fornecer um boletim de acompanhamento dos avanços, garantir

responsabilidade e transparência e servir como uma ferramenta de gestão para as transformações necessárias para a efetivação dos ODS até 2030, os dados e as métricas se tornam essenciais para garantir a transformação dos ODS em ferramentas de resolução de problemas.

Os ODS estão em vigência e abordam os esforços a serem executados pelos diferentes países que se comprometeram a cumprir a Agenda até 2030 da ONU. São divididos em 17 objetivos com diferentes finalidades que se subdividem em 169 metas para atingir a mitigação dos prejuízos gerados pelas crises econômicas e financeiras permitindo meios inovadores para estimular a diminuição da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. Os objetivos são: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 3 - Saúde e Bem-Estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de Gênero; 6 - Água potável e saneamento; 7- Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10 - Redução das Desigualdades; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis; 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima; 14 - Vida na água; 15 - Vida terrestre; 16 - Paz, justiça e instituições eficazes; e 17 - Parcerias e meios de implementação (UTTING, 2018 *apud* ASSIS, 2022).

Essa iniciativa da ONU para a instituição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surge a partir das metas do milênio estabelecidas pela ONU em 2000 que ficaram conhecidas como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cuja vigência foi de 2000 a 2015 e com apenas oito objetivos, mais restrita, portanto, que a Agenda 2013 (FURTADO, 2018). No âmbito global, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio adotaram 60 indicadores, porém esse número reduzido não foi completamente implementado em todos os países até 2015 (SACHS *et al*, 2016).

No Brasil, a implementação dos ODM permitiu avanços sociais importantes entre 2000 e 2015. Além disso, os governos federal, estaduais e municipais focaram em resultados que conciliaram crescimento econômico com a redução da pobreza e da fome, resultando em queda contínua, mesmo que leve, das desigualdades sociais e, principalmente, regionais do País (CNODS, 2018). Ainda segundo o documento da CNODS<sup>9</sup> (2018), o processo de

---

<sup>9</sup> A Comissão é integrada por oito representantes de governo (Secretaria de Governo da Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Cidadania; Ministério da Economia; Ministério do Meio Ambiente; representante dos níveis estadual/distrital; representante do nível municipal) e por oito representantes da sociedade civil e do setor privado, escolhidos por edital público. A Comissão tem o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como órgãos de assessoramento técnico permanente. Ver mais em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/desenvolvimento-sustentavel/comissao-nacional-para-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-cnods>

coordenação no país para a negociação dos ODS foi participativo e extenso, e teve o engajamento de ministérios, representantes de governos locais e da sociedade civil, que construíram uma posição nacional forte na negociação dos ODS, em relação ao “Grupo de Trabalho Interministerial para a Agenda Pós-2015”. Além disso, os 17 objetivos dialogam com os desafios históricos que o Brasil enfrenta, em que o vasto território e riqueza ambiental ainda não refletem integralmente em prosperidade e bem-estar da população.

Sandri, Mantovaneli Junior e Faustino (2020) afirmam que os ODS foram propostos pela resolução da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012, e não apenas pelo comissariado da ONU. Além disso, os ODS surgem a partir de um processo *bottom up* (de baixo para cima), trabalhando por meio de uma negociação prévia com a participação da sociedade civil, tanto no âmbito nacional como no internacional. Essas ações coordenadas “de baixo para cima” podem fazer com que os processos transformacionais aconteçam, impulsionando uma atuação cidadã.

A forma como se deu o processo dos ODS seria uma crítica ao modelo ODM, em que não houve um processo de negociação prévia, e que a agenda ODS em escala internacional, foi a mais democrática, com a participação da sociedade civil (SOUSA, 2018 *apud* SANDRI, MANTOVANELI JUNIOR E FAUSTINO, 2020).

A criação da Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS), por meio do Decreto nº 8.892 de 2016, foi o principal mecanismo para a implementação da Agenda 2030. Essa comissão é uma “instância colegiada paritária, de natureza consultiva, responsável por conduzir o processo de articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade civil e tem a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência à implementação da Agenda 2030” (BRASIL, 2017).

A Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foi revogada em 2019, e a implementação da Agenda 2030 está sob a coordenação da Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República. Portanto, no Ministério da Saúde, o Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde (DEMAS) coordena e articula o monitoramento e a avaliação da Agenda 2030 (CRUZ *et al*, 2022).

Em relação ao ODS 1, erradicar a pobreza é um desafio multidimensional, que envolve outros ODS. A melhoria da capacidade produtiva brasileira, mediante um melhor acesso das pessoas mais vulneráveis aos meios de transporte, infraestrutura, saneamento básico, moradia, dentre outros, é vista como solução para a eliminação da pobreza (SMALLBONE E PAES, 2022). De acordo com Burigo e Porto (2021), o número de

relatórios que pedem mudanças importantes nos sistemas alimentares para torná-los mais saudáveis, sustentáveis e equitativos vem aumentando rapidamente. Esses relatórios têm analisado as relações entre alimentação, saúde, meio ambiente e agricultura, demonstrando a interdependência dos objetivos da Agenda 2030, principalmente entre os ODS 2 e 3.

No ODS 3, a agenda 2030 enfatiza a saúde como um componente de todos os ODS e um elemento do processo de desenvolvimento futuro, pois estabelece uma relação direta e indireta da saúde com todos os 17 ODS (MONTEIRO, 2020). No ODS 4, “Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” tem como foco garantir o direito à educação a todas as pessoas até o ano de 2030. A Agenda 2030 estabelece a educação como uma dimensão temática que vislumbra transformar o campo educacional até 2030 (UNESCO, 2017 *apud* COSTA *et al*, 2018).

O ODS 5 apresenta a proposta de “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, partindo da ideia de que a igualdade de gênero, portanto, é imprescindível para alcançar uma sociedade justa (GALBIATI, 2022). O ODS 6 tem como abordagem a água potável e o saneamento básico, em relação à qualidade, quantidade e à distribuição para a população mundial. Além disso, a Agenda 2030, no ODS 6, apresenta seis metas a serem atingidas até o ano 2030 e cada uma enfatiza a temática de água potável e o saneamento básico sob um prisma específico (SILVA E GRANZIERA, 2019). O ODS 7 propõe o acesso universal à energia confiável, sustentável e moderna para todas as pessoas. Apesar da transição energética para a sustentabilidade no mundo ter estimulado melhoras no emprego de fontes energéticas menos poluentes, cada canto do globo tem experimentado, assim, suas próprias mudanças (GALBIATI, 2022).

O ODS 8 tem doze metas a serem atingidas até o ano de 2030, e as metas englobam desde o crescimento econômico per capita até o PIB dos países subdesenvolvidos, apoiando-se no uso correto e sustentável dos recursos globais (ONU BRASIL, 2015 *apud* PEDIRIVA *et al*, 2020). O ODS 9, que possui cinco metas, enfatiza construir infraestruturas de qualidade, promover a industrialização inclusiva e sustentável e estimular a inovação (WEBERS, VIEIRA E VON HOHENDORFF, 2022). O ODS 10 se refere a “Redução das Desigualdades” dentro dos Países e entre eles. Esse objetivo, nos apresenta dez metas a serem alcançadas até 2030, em que se destaca o crescimento da renda de pelo menos 40% da população mais pobre, inclusão social, econômica e política, independente de raça, cor, etnia; garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades dos resultados (PEDIRIVA *et al*, 2020)

De acordo com as 10 metas do ODS 11, os principais compromissos pactuados com a sociedade são as ações inclusivas e acessíveis dentro do cenário urbano, com ênfase às pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, idosos, crianças e às pessoas com deficiência física (ONU, 2015 *apud* LACERDA, PACHECO E DIAS, 2019). O ODS 12 visa, por meio de onze metas, repensar formas de produção e de consumo globais, junto às práticas humanas, ao conceito de responsabilidade, e transformando os ciclos de vida dos produtos. O ODS 15 tem o “objetivo proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (IPEA, 2021 *apud* GALBIATI, 2022).

O ODS 13 busca, por meio de metas globais, o monitoramento das ações que se destinem a reduzir os impactos negativos das mudanças climáticas. O ODS 13 foi proposto como um instrumento às duas agendas alicerçadas pela Organização das Nações Unidas (ONU): o Acordo de Paris e o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030 (PESSOA, 2022). De acordo com a FAO (2020 *apud* COSTA, 2022), o ODS 14 aborda o desenvolvimento sustentável nos oceanos, mares e recursos marinhos e a consecução desse objetivo acaba impactando, de maneira positiva, outros objetivos da Agenda 2030.

O ODS 15, que possui doze metas, trata da vida terrestre e tem como objetivo proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, conduzir as florestas de modo sustentável, combater a desertificação, reverter a degradação da terra e evitar a perda de biodiversidade (ONU, 2015 *apud* MENDONÇA E BRITTO, 2022). O ODS 16, que contempla 12 metas, aborda sobre paz, justiça e instituições eficazes (IPEA, 2018 *apud* HEY *et al*, 2022). Além disso, esse objetivo não pode ser considerado em um contexto isolado, pois aborda outras questões que precisam que a paz e a construção da paz sejam contempladas vinculando-se aos outros objetivos para que o progresso seja alcançado (HOPE, 2020. p. 21, *apud* HEY *et al*, 2022).

### **3.3 Relação da Economia Solidária com os ODS**

Gadotti (2009, p. 26) afirma que a economia solidária inseriu o tema da ecologia e do desenvolvimento sustentável desde o começo e que essa inclusão representa uma possibilidade de ampliação dos empreendimentos de socioeconomia solidária. O autor ainda ressalta que a economia solidária é, frequentemente, associada ao desenvolvimento sustentável, salientado pela Carta de Princípios da economia solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Contudo, há o questionamento sobre a ambiguidade do conceito

de desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento origina-se em uma economia excludente e, a sustentabilidade, no modelo incluyente da ecologia e, portanto, esses conceitos seriam antagônicos (LEONARDO BOFF, 2002, p. 55 *apud* GADOTTI, 2009, p. 28).

A relação da economia solidária com as práticas de desenvolvimento sustentável figura em debates que representam o cerne da economia solidária. Em documentos oficiais do movimento organizado ou do governo, a economia solidária é definida como um conjunto de atividades em que a característica principal é a organização autogestionária, associativa e cooperativa do trabalho, que tem como sujeito essencial a figura dos empreendimentos econômicos solidários (SILVA E CARVALHO FILHO, 2018).

De acordo com Pitacas (2019), para que a Agenda 2030 se concretize, cinco pilares são substanciais, quais sejam: Pessoas (ODS 1 A 5 - Pobreza, Fome, Saúde, Educação e Gênero); Prosperidade (ODS 7 a 11 - Acesso à energia, Trabalho e Crescimento, Infraestruturas, Desigualdades e Cidades); Planeta (ODS 6 e 12 a 15 - Acesso a água e saneamento, Modos de consumo e de produção, Mudanças climáticas, Oceanos e Ecossistemas terrestres); Paz (ODS 16 - Paz e justiça); e Parceria (ODS 17 - Parcerias). Além disso, a economia solidária abrange um vasto leque de atividades econômicas e sociais e gera importantes contribuições e externalidades positivas: coesão e impacto social, fortalecimento do tecido econômico e social, conscientização e participação civil, desenvolvimento da democracia, inovação social e desenvolvimento local (PITACAS, 2019).

Pitacas (2019) afirma, em relação aos ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), a economia solidária tem papel fundamental na redução da pobreza e da exclusão social, por meio da ação de cooperativas, associações e fundações. O trabalho cooperado e associado, organizado e solidário representa uma forma relevante de promover o desenvolvimento econômico e social para sociedades carentes de renda, ao explorar as relações existentes entre a agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, principalmente em relação aos princípios de desenvolvimento sustentável (ARAÚJO E FAHD, 2021). Nos últimos 20 anos, o Brasil presenciou a emergência da agricultura familiar, uma nova categoria sociopolítica no meio rural, que resultou das lutas por reconhecimento e direitos constituídas por diversos atores, principalmente pelos movimentos sindicais do campo. Apesar de não ser uma atividade recente, vem se expandindo no país. Além disso, essa atividade é um sistema de produção simples, em que o sustento e a sobrevivência familiar dependem do manejo da terra (ARAÚJO *et al*, 2021). Com base na relação da ES com a erradicação da pobreza, Singer, Silva e Schiochet (2014) abordam que

A erradicação da pobreza por meio da economia solidária é um processo que se autoalimenta à medida que a comunidade deixa de ser pobre e resignada e se torna consciente de seu potencial, que só se torna realidade se todos os membros juntarem seus empenhos e criatividade em um esforço contínuo e cada vez mais profícuo. É preciso que se saiba também que à medida que o desenvolvimento solidário avança, será menos difícil que as comunidades que por acaso ficaram para trás recuperem o atraso, pois o desenvolvimento local é contagioso, cada comunidade que se desenvolve oferece um mercado crescente às demais em um mesmo território.

A economia solidária é uma economia que combate a desigualdade, o que nos leva ao ODS 10 (Redução das Desigualdades). Asseburg e Gaiger (2007) afirmam que, no que diz respeito à redução das desigualdades econômicas, o diferencial dos Empreendimentos Econômicos Solidários decorre do grau com que superam o antagonismo entre os detentores da força de trabalho e os donos do capital, em que os trabalhadores se tornam proprietários associados e fazem fluir para eles os frutos da atividade econômica. A educação inclusiva e equitativa e a igualdade de gênero (ODS 4 e 5) são necessidades objetivas e essenciais para que as entidades da economia solidária contribuam para a gestão sustentável dos recursos naturais, evitando o esgotamento. Gadotti (2009, p. 10) afirma que

A ligação da educação popular com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apoia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas, que cabe à educação popular difundir entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina.

Pitacas (2019) afirma que “cooperativas e associações de desenvolvimento local têm promovido encontros locais com vista a que as pessoas encontrem soluções que respondam às mudanças climáticas, mediante a definição de direitos de propriedade e de uso, a gestão de recursos naturais e a diversificação de atividades econômicas”.

O ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) pretende proporcionar sociedades pacíficas e inclusivas, assim convergindo com as ideias da economia solidária, havendo diversos exemplos em países como no Líbano, Ruanda e Colômbia da ação da economia solidária na promoção da paz e da integração social (PITACAS, 2019). Além disso, o ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação) busca, por meio de parceria global, confiança e compromisso para que a gestão democrática e participativa das organizações da economia solidária possa potencializar e elevar as suas atividades a um patamar superior (PITACAS, 2019). Gaiger (2013a) afirma que a economia solidária constitui-se hoje de quatro segmentos principais, que são: os empreendimentos solidários; as organizações civis de apoio à economia solidária, como ONGs, universidades, entidades sindicais e organismos de pastoral social; os órgãos de representação e articulação política, no âmbito dos movimentos sindicais,

das incubadoras, dos gestores públicos, das entidades de crédito solidário e das redes de troca; e os organismos estatais.

Pitacas (2019) ressalta que os princípios da economia solidária, que proporcionam um ambiente de colaboração pacífica, inclusiva e compromisso sustentável, se apoiam nos direitos humanos, entre os quais o de um trabalho digno, remetendo ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), e sustentado num ambiente que promove a saúde e o bem-estar, ou seja, o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar). A sustentabilidade do desenvolvimento dos territórios e de suas infraestruturas nos leva aos ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 7 (Energia Acessível e Limpa), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) e ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

Constituem condições inerentes e imprescindíveis à atuação das organizações da economia solidária o uso equilibrado dos ecossistemas terrestres e dos oceanos e a defesa da biodiversidade, trazendo os ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre), além disso buscar um consumo socialmente justo e ambientalmente responsável, temos os ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) (PITACAS, 2019).

Essas abordagens oferecem meios sustentáveis para alcançar um desenvolvimento econômico socialmente justo, inclusivo e ambientalmente responsável ao promover a cooperação, a solidariedade e a autogestão. A economia solidária desempenha um papel essencial na transformação da sociedade em direção a um futuro mais equitativo e sustentável. Por exemplo, podemos enfatizar, quanto ao ODS 14, a relação dos pescadores com a comunidade abordando a ideia de cooperatividade para gerir o próprio produto e a conexão com a prática da Economia Solidária (CAMPOS, TIMÓTEO E ARRUDA, 2018).

A pesca artesanal ligada ao regime de economia familiar, mostra que o envolvimento de toda a família acaba sendo um diferencial importante. Além disso, contrária à lógica neoliberal, a economia solidária se constitui enquanto processo formativo e educativo (CORAGGIO, 2016 *apud* CAMPOS *et al.*, 2018), mostrando relação com os ODS 4 e 5, assim os valores como a cooperação, a articulação produtiva e a solidariedade são consolidados em um processo de aprendizagem coletiva e dinâmica (CAMPOS, TIMÓTEO E ARRUDA, 2018).

Para fazer uma relação com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), de acordo com Gonçalves (2022), o desenvolvimento econômico junto ao sistema capitalista foi o ponto de partida para que houvesse o crescimento desordenado das cidades e, assim, os problemas ambientais surgiram. No século XVII, o processo de industrialização induziu a

formação de uma sociedade capitalista dando início aos problemas sociais e ambientais. Foi nesse cenário de aumento da exclusão social que as ideias de economia solidária surgiram. Nesse sentido, a economia solidária é uma alternativa que promove uma melhor qualidade de vida e contribui para a formação de uma cidade com inclusão social, tornando-a justa e sustentável e, além disso, esse movimento tem consciência ecológica com atuação responsável.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendeu-se após a análise do trabalho que a economia solidária se faz presente por diferentes manifestações sociais e pesquisas futuras serão importantes para aprofundar diversas questões não resolvidas neste momento, discutindo por diferentes formas o movimento cooperativista, ressaltando a importância das construções coletivas no desenvolvimento de experiências econômicas e sociais ancoradas no princípio de solidariedade. Nesses estudos foram discutidas controvérsias acerca da atuação dos empreendimentos cooperativos, em que suas condutas são mostradas, ao longo do tempo, distantes dos princípios disseminados pela doutrina cooperativista.

Mostrou-se que o cooperativismo e a economia solidária têm raízes históricas no século XIX, e ambos se baseiam em princípios de cooperação, solidariedade, autogestão, democracia e desenvolvimento sustentável. E que as formas de organização econômica como o cooperativismo e, posteriormente, a economia solidária evoluíram e podem se tornar importantes instrumentos para o desenvolvimento sustentável e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, discorreu-se sobre o surgimento do movimento cooperativista como uma resposta às condições degradantes de trabalho e às desigualdades sociais da Revolução Industrial, no século XIX, e outro autor aponta que o cooperativismo moderno foi resultado da cultura da época e se estabeleceu também no campo político. Autores abordaram as condições de trabalho nas fábricas e o surgimento, na Inglaterra, da Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale (Rochdale Equitable Pioneers' Society).

Discutiu-se se o movimento cooperativista tendeu ao desvirtuamento, ou seja, a cooperativa incorporou todos os problemas da empresa capitalista moderna e, do ponto de vista socioeconômico, a cooperativa desvirtuou-se dos seus princípios básicos.

O cooperativismo expandiu-se para diversos setores, como agricultura, consumo, crédito, habitação e trabalho, tanto no Brasil como no mundo. Os autores ainda ressaltam o surgimento das primeiras cooperativas agropecuárias em Minas Gerais no começo do século XX. As fundações de cooperativas de crédito passaram a ser essenciais no empréstimo de pequenas quantias a pequenos empreendedores a partir de 1930. Ao analisar a situação das cooperativas nos últimos 20 anos no Brasil, podemos constatar que houve um crescimento do número desses empreendimentos, bem como do número de seus associados.

Foram discutidas que as bases que estruturam a Economia Solidária são apontadas no cooperativismo do século XIX. Desenvolveu-se como um conceito maior englobando

diferentes formas de organização baseadas na solidariedade, democracia, cooperação e autogestão. Mostrou-se que as primeiras experiências de Economia Solidária no Brasil surgiram nos anos 1980, mas o termo só foi ressaltado a partir da década de 1990.

É um movimento recente, que surgiu no final do século XX e se baseia em princípios como a autogestão, a cooperação, a solidariedade e o desenvolvimento local, além de buscar criar formas de produção, distribuição e consumo mais democráticas e sustentáveis, que valorizam o ser humano e o meio ambiente. Ademais, ela se manifesta em diferentes formas, como cooperativas, associações de trabalhadores, redes de produção e consumo, entre outras.

Apresentou-se a relação entre o cooperativismo, a economia solidária e os ODS, quando compreendidos de que os ODS são uma agenda que visa discutir desafios urgentes, como erradicação da pobreza, igualdade de gênero, trabalho decente, energia limpa, consumo responsável, educação, entre outros. A economia solidária se conecta com os ODS, trabalhando alternativas sustentáveis e inclusivas para o desenvolvimento social e humano. No documento da ONU, de 2015, nas metas do ODS 11, os compromissos pactuados com a sociedade são as ações inclusivas e acessíveis, com ênfase em pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência física.

Além disso, a agricultura familiar pode contribuir para o ODS 2, fornecendo alimentos saudáveis e promovendo práticas agrícolas sustentáveis nas comunidades rurais. As cooperativas de crédito e finanças solidárias podem apoiar o acesso a serviços financeiros inclusivos (ODS 1), o cooperativismo e a economia solidária promovem a igualdade de gênero (ODS 5), o trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8), criando empregos dignos, com condições justas e respeito aos direitos trabalhistas. Há impacto positivo no meio ambiente, ao apoiar ações para combater a mudança climática (ODS 13) e promover o consumo e a produção sustentáveis (ODS 12). Por fim, movimentos como o cooperativismo e a economia solidária são ferramentas fundamentais de inclusão social e fortalecimento das comunidades urbanas e rurais, pois promovem a participação das pessoas na tomada de decisões e nos benefícios econômicos, em que ajudam a reduzir as desigualdades sociais (ODS 10).

Compreende-se que a Economia Solidária tem potencial para contribuir com os ODS, pois tem relação mais direta com alguns ODS, de acordo com a literatura encontrada, como: ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e Produção

Responsáveis), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre). E possui uma relação mais indireta com outros ODS, como: ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 7 (Energia limpa e acessível), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 17 (Parcerias e meios de implementação).

Além disso, tem-se o questionamento se a economia solidária poderá desacelerar no futuro, que não passará de uma forma complementar da economia capitalista, ou a economia solidária seria ou poderia ser mais do que uma resposta à incapacidade do capitalismo de inserir em sua economia todos os membros da sociedade, ou seja, seria “uma alternativa superior ao capitalismo”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, Jose. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendimentos pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
- ALMEIDA, Olga Maria de Azevedo. Utopias realizadas: Da New Lanark de Robert Owen à Vista Alegre de Pinto Basto. 2010.
- ARAÚJO, Alcione Lino de et al. Economia solidária e agricultura familiar: produção sustentável em uma associação na Cidade de Castro-PR. OLIVEIRA, Robson José de. Extensão rural [livro eletrônico]: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar. Guarujá, SP: Científica Digital, v. 1, p. 269-281, 2021.
- ASSEBURG, Hans Benno; GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. Dados, v. 50, p. 499-533, 2007.
- ASSIS, Mariana Nunes de. Economia solidária e meio ambiente: a sustentabilidade na construção e desenvolvimento da Osasco Solidária. 2022.
- BARBOSA, Letícia Cristina Bizarro. Introdução ao cooperativismo: livro didático. 2022.
- BARROS, C. K. ; ARRAIS, V. R. P. . Extensão Universitária em Economia Solidária na Universidade Federal do Cariri à Luz da Experiência da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários. In: Victoria Régia Arrais de Paiva; Eduardo Vivian da Cunha; Maria Alane Pereira de Brito. (Org.). SEMEANDO O ESPERANÇAR: DESAFIOS DA INCUBAÇÃO DE UMA OUTRA ECONOMIA. 1ed.Juazeiro do Norte: UFCA, 2021, v. 1, p. 27-48.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Relatório Nacional Voluntário sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável. Governo Federal, Brasília. 2017.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza. v.1. [2013].
- BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 4411-4424, 2021.
- CAMPOS, Mauro Macedo; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. A dinâmica da pesca artesanal na Bacia de Campos: organização social e práticas em economia solidária entre os pescadores artesanais. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 116, p. 71-102, 2018.
- CASTILHO, M. L. . Nota técnica: Trajetória da Economia Solidária enquanto política pública no Brasil. A ECONOMIA EM REVISTA , v. 28, p. 117, 2020.
- CHIARETTO, Silvana et al. Um estudo bibliográfico sobre o cooperativismo de crédito como fator de desenvolvimento e fortalecimento econômico e social. Revista Científica Faculdade

Unimed, v. 3, n. 2, p. 83-104, 2021.

CNODS. Relatório de Atividades 2017-2018. Comissão Nacional para os ODS. Brasília. 2018.

COSTA, Gerliane Maia. Evidenciando uma arte antiga da praia do Mucuripe: a contribuição da cadeia produtiva da pesca artesanal para o desenvolvimento sustentável. 2022.

COSTA, P. da et al. Educação de qualidade: contribuições da Embrapa. 2018.

CRUZ, Danielle Keylla Alencar et al. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 31, p. e20211047, 2022.

DA SILVA, Isabella Maria Góes; GRANZIERA, Maria Luiza Machado. OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE ABASTECIMENTO HUMANO: MECANISMOS DE EFETIVIDADE. *LEOPOLDIANUM*, v. 45, n. 125, p. 12-12, 2019.

DAS NEVES, Ednalva Felix; MEZZACAPPA, Gabriela; JUNIOR, Valter Palmieri. Os desafios para a economia solidária em uma sociedade do consumo: The challenges for the solidarity economy in a consumer society. **Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, v. 16, n. 1, p. 180-206, 2019.

DE ARAÚJO, Alcione Lino; FAHD, Plínio Gonçalves. Economia solidária e agricultura familiar: produção sustentável em uma associação na Cidade de Castro-PR. OLIVEIRA, Robson José de. Extensão rural [livro eletrônico]: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar. Guarujá, SP: Científica Digital, v. 1, p. 269-281, 2021.

DE MOURA CUNHA, George Henrique et al. O sistema de crédito cooperativo: análise histórico-comparativa entre o Cooperativismo de Crédito Brasileiro e o Alemão. *Revista ESPACIOS* | Vol. 36 (Nº 02) Año 2015, 2015.

DE OLIVEIRA, Renata Sibéria; DE LISBOA SANTOS, Josefa. DO PIONEIRISMO DE ROCHDALE AO COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO NO CAPITALISMO-UMA ANÁLISE DO CONTROLE DO ESTADO NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO (From the Rochdale pioner to the cooperativism and associativism insid capitalism-an alanlysis of the state...). *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, v. 14, n. 1, 2012.

DE SOUZA COSTA, Luciano. O cooperativismo: uma reflexão teórica. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 6, n. 11, p. 55-64, 2007.

DE SOUZA, André Ricardo; JÚNIOR, Fausto Augusto. A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento. *P2P e Inovação*, v. 7, p. 8-25, 2020.

DOS REIS, Carlos Nelson; AGUIAR, Cristina Silveira. As origens do cooperativismo eo contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho. *Sociedade em Debate (UCPel)*, 2002.

FARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. Cooperativismo. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2013.

FÉLIX, Silas Rafael Nascimento. Economia solidária e cooperativismo como política de transformação social. 2022.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE J. L. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANTZ, Walter. A atualidade da organização cooperativa. **Salão do Conhecimento**, 2014.

FURTADO, Nayara Frutuoso. A agenda 2030 e a redução de desigualdades no Brasil: análise da meta 10.2. 2018.

GADOTTI, Moacir. Economia solidária como práxis pedagógica. 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, p. 211-228, 2013a.

GAIGER, Luiz Inácio. O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. *Revista da ABET*, v. 12, n. 1, 2013b.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRAJETÓRIAS DE TRABALHO Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2020.

GALBIATI, Lígia Amoroso et al. Rupturas a partir de la “política de la boiada”: Un análisis según los Objetivos del Desarrollo Sostenible. *Ambiente & Sociedad*, v. 25, 2022.

GAMA, T. G. V. . ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA SENAES (2003-2018). 2018.

GOMES, Antonio José. ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO NO MUNDO E NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTITUIR O SEGMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO. *Linguagens, Educação e Sociedade*, n. 12, p. 13-25, 2005.

GONÇALVES, Marlete Mota. **Economia solidária: possibilidades e limites à concretização das cidades sustentáveis à luz dos direitos humanos**. Editora Dialética, 2022.

HEY, Albimara et al. Desafios para o ODS 16: uma perspectiva sobre violência e homofobia em relação à Justiça. *Conjecturas*, v. 22, n. 5, p. 521-545, 2022.

LACERDA, W. A. D. B. ; PACHECO, L. H. ; DIAS, C. S. . Acessibilidade e Inclusão Urbana: ODS 11 e as contribuições da Psicologia na efetivação dessas metas. In: 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia e 1 Congresso de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente, 2019, João Pessoa/PB. Resumos de Comunicações Científicas Apresentadas, 2019. v. 49. p. 02-1095.

LEAL, Kamila Soares; DE SÁ RODRIGUES, Marilsa. Economia Solidária: conceitos e princípios norteadores. *Humanidades & Inovação*, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, p. 123-140, 2002.

LEITE, Marcia de Paula. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 24, p. 31-51, 2009.

LEOPOLDINO, Candida Joelma. O cooperativismo e a função social constitucional da cooperação nas constituições da Itália e do Brasil. 2020.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, L. de C. Do cooperativismo à economia solidária: normatização e dinâmica econômica no campo brasileiro. **XV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona**, p. 7-12, 2018.

MALASSISE, Regina Lúcia Sanches; ALVES, Rozane. Princípios Cooperativistas: Uma reflexão sobre oportunidades e desafios no contexto da economia solidária. **XXVI SEMANA DO ECONOMISTA. Maringá/PR, setembro de**, 2011.

MENDONÇA, Ygor Siqueira Mendes; BRITTO, Marcella Oldenburg Almeida. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO DA VIDA TERRESTRE: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO BRASIL NO CUMPRIMENTO DAS METAS PARA 2020. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 11, n. 4, p. 479-495, 2022.

MONJE-REYES, Pablo. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. *Cadernos Ebape. br*, v. 9, p. 704-723, 2011.

MONTEIRO, Baltazar Ricardo. Indicadores de monitorização e desempenho nas unidades de saúde familiar e os objetivos do desenvolvimento sustentável na saúde (ODS 3): Uma análise comparada em Portugal no período de 2013-2018. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 1221-1232, 2020.

MORAIS, Edson Elias de et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, p. 67-88, 2011.

NINAUT, Evandro Scheidt; MATOS, Marcos Antonio. Panorama do cooperativismo no Brasil: censo, exportações e faturamento. **Informações Econômicas**, v. 38, n. 8, p. 43-55, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Anuário do cooperativismo brasileiro. Brasília-DF: [S.n.], 2019. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo-2019>. Acesso em: 25 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Anuário do cooperativismo brasileiro. Brasília-DF: [S.n.], 2020. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo>. Acesso em: 25 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. Anuário do cooperativismo brasileiro. Brasília-DF: [S.n.], 2021. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-coop-2021>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PEDIRIVA, Mateus et al. O TRABALHO DECENTE COMO MECANISMO PARA REDUÇÃO DA POBREZA E DAS DESIGUALDADES. *Salão do Conhecimento*, v. 6, n. 6, 2020.

PESSOA, Mariana Lisboa. Combate às mudanças climáticas : a situação do RS no cumprimento das metas do ODS 13 / Mariana Lisboa Pessoa. - Porto Alegre : Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022.

PITACAS, José Alberto. A Economia Social e Solidária e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Plataforma de Conhecimento da ESS para os ODS, 2019.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G.. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 159 p.

RIBEIRO, Sérgio Dias; DE MÜYLLER, Cristiana Fernandes. Economia Solidária-Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. Organizações & Sociedade, v. 21, p. 581-613, 2014.

ROCHA, Luiz Célio Souza et al. DA UTOPIA FOURIERISTA AOS PRINCÍPIOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERFACES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE. HOLOS, v. 2, p. 96-114, 2013.

SACHS, J., SCHMIDT-TRAUB, G., KROLL, C., DURAND-DELACRE, D. e TEKSOZ, K. (2016): SDG Index and Dashboards – Global Report. New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN).

SALES, João Eder. 03) Cooperativismo: Origens e Evolução. Revista Brasileira de Gestão e Engenharia| RBGE| ISSN 2237-1664, v. 1, n. 1, p. 23-34, 2010.

SANDRI, Letícia; MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger; FAUSTINO, Annemara. Elementos contextuais do processo de transição das agendas de desenvolvimento ODM–ODS. 2020.

SANTANA, E. N. Motivação e cooperativismo: a busca por uma aproximação conceitual. Centro de artes, humanidades e letras graduação em gestão pública. Bahia, 2016.

SCANDELAI, Aline Linares de Oliveira. A precarização do trabalho: da revolução industrial ao neoliberalismo. In: Colloquium Humanarum. 2012, p. 21-31.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. 2009.

SILVA, Cláudio Rodrigues da; DAL RI, Neusa Maria. Princípios educativos comuns e transcendentais em movimentos sociais de trabalhadores: Owenistas, Cartistas britânicos e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Revista e-Curriculum, v. 17, n. 2, p. 699-725, 2019.

SILVA, Michele Cristhina et al. Cooperativismo no Brasil: um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região de Florianópolis. 2010.

SILVA, Priscilla Menezes da et al. As cooperativas como instrumento da economia solidária. TYBUSH, Jerônimo Siqueira; FREITAS, Juarez; SANCHES, Samyra Haydê Dal Farra Napolini (Coords.). Empresa, sustentabilidade e funcionalização do direito. Florianópolis: Funjab, p. 24-48, 2013.

SILVA, Regilane Fernandes da; CARVALHO FILHO, Manoel Vital de. Território e economia solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. 2018.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. 2016.

SILVA, Sandro Pereira. O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. 2018.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho Alves; SCHIOCHET, Valmor. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria. O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 2018.

SMALLBONE, Chris; PAES, Luiz Eduardo dos Santos. O Papel da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Associação Brasileira de Soldagem (ABS) em Relação à Capacidade Nacional de Soldagem no Brasil para Se Alcançarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). *Soldagem & Inspeção*, v. 27, 2022.

SOUSA, Naira Luan et al. Efeitos do Avanço da Agenda Neoliberal Sobre a Política Nacional de Economia Solidária no Brasil/Effects of the Advancement of the Neoliberal Agenda on the National Policy of Solidarity Economy in Brazil. **Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)**, v. 19, n. 6, p. 164-181, 2022.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel; DE SOUZA, Maria Carolina AF. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de empresas**, v. 25, p. 65-72, 1985.

VARÊDA, Dallyne Emanuely Araújo. História e caracterização da economia solidária: estudo de caso de empreendimentos das mulheres em Serra Talhada-PE e Triunfo-PE. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

VEDANA, Roberta et al. O Cooperativismo na dinâmica econômica e social da agropecuária brasileira. 2022.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. Cooperativismo: Uma Revolução Pacífica em Açã, São Paulo, 2001.

VERONESE, Marília Verissimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da economia solidária. *Caderno Crh*, v. 30, p. 89-104, 2017.

VICENTINO, Cláudio. História Geral e do Brasil: Volume Único. São Paulo: Scipione, 2001. (Série Parâmetros).

VIDAL, Bruno Carias et al. Economia solidária como estratégia de distribuição de riqueza e desenvolvimento econômico e social no Brasil. 2018.

VIEIRA, Flávia Mônaco; DOS SANTOS, Vando Vieira Batista; PIRES, Vanessa Martins. Panorama atual do cooperativismo brasileiro: uma análise documental e de conteúdo a partir da Resolução n. 56/2019. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 9, n. 17, p. e3-e3, 2022.

WEBERS, Aline Graziela Bald; VIEIRA, Luciane Klein; VON HOHENDORFF, Raquel. OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 9: EMPRESA CIDADÃ E ASPECTOS ÉTICOS DA INOVAÇÃO. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, v. 38, n. 1, p. 120-139, 2022.